



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001609-64.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**  
 Requerente: **Gilberto de Thomaz e outro**  
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DE C I D O.

Trata-se de ação em que os autores almejam à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em retirar às suas expensas um poste de sustentação à rede elétrica que se encontra na entrada de imóvel de sua propriedade.

Sustentam que a casa lá existente será demolida, mas a presença do poste impede o acesso de veículos e máquinas ao interior do imóvel.

Sustentam, ainda, que na nova construção apenas um veículo poderá ingressar na garagem, conforme planta elaborada.

A pretensão deduzida está amparada na Lei Estadual nº 12.635/07, a qual não é inconstitucional, como sustentado em contestação, porque não regula matéria de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Somente se tal sucedesse seria possível cogitar do vício alegado pela ré, sem razão.

Não obstante, anoto de início que a existência do poste não impede a entrada de veículos no imóvel, como se vê pela fotografia de fl. 14.

Os próprios autores, ademais, reconheceram que com a construção da nova residência será possível, mantido o status quo, a entrada de um veículo pela garagem (fl. 02, segundo parágrafo, parte final), de sorte que a situação em apreço não encerra a restrição ao direito de propriedade dos autores.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Como se não bastasse, e preservado o respeito aos que perfilham tese contrária, reputo que somente se a instalação do poste acontecesse após a construção da residência seria exigível sua remoção sem ônus aos autores.

Na hipótese, porém, como isso inexistiu não se cristaliza o direito à retirada às expensas da ré.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve oportunidade de reiteradamente se manifestar nesse sentido:

*“Apelação. Ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais. Remoção de poste de energia elétrica instalado defronte à residência do autor. Circunstância preexistente à implantação do conjunto habitacional, bem como da construção da casa e da garagem. Restrição ao direito de propriedade não configurado. Despesa com esse procedimento que deve ser suportada pelo proprietário do imóvel. Admissibilidade. Questão de interesse particular. Sentença de improcedência mantida. Recurso denegado”* (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0008930-97.2007.8.26.0022, rel. Des. **AMORIM CANTUÁRIA**, j. 18.09.2012)

*“Obrigação de fazer. Remoção de poste de iluminação. Apelante adquiriu o imóvel quando o poste já existia no local. Construção da garagem ocorreu após. Pretensão do recorrente para a mudança do poste deve ocorrer com o correspondente pagamento das despesas. Apelada exerce regular direito, pois o poste se encontra no local há longo tempo mediante a autorização da prefeitura municipal. Questões outras expostas pelo recorrente, como condição sócio-econômica, não têm pertinência com os pontos controvertidos. Apelo desprovido”* (TJ-SP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 990.10.019.145-4, rel. Des. **NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA**, j. 27.05.2010)

*“Obrigação de fazer. Poste por onde passa fiação aérea colocado na frente de imóvel. Pagamento pela remoção que compete à parte interessada. Recurso provido para julgar improcedente a ação. Com efeito, a ação foi aforada na linha de imaginária obrigação de fazer. Porém, há uma servidão de passagem aparente e pelo que se deflui do contexto do caderno processual, é longa, inclusive anterior à própria aquisição do imóvel.”* (TJ-SP, 35ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 940983-0/0, rel. Des. **ARTUR MARQUES**, j. 07.08.2006).

Tais orientações aplicam-se com justeza à espécie vertente, razão pela qual não se cogita da obrigação de fazer invocada pelos autores.

A improcedência da ação é nesse contexto medida que se impõe, cabendo aos autores o custeio da retirada pleiteada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**